

# ARQUITETURA E ENFRENTAMENTO DE PANDEMIAS NO SÉCULO XXI: POR UM HIGIENISMO MAIS HUMANISTA

**VELOSO, MAÍSA**

Arquiteta, Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: maisaveloso@gmail.com

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A relação entre Arquitetura e Pandemia é antiga. Para não remontar à Grécia Antiga com a Praga de Atenas (430 a.C.) ou à Peste Bubônica da Idade Média (que dizimou milhões de vidas na Europa a partir de meados do século XIV), basta lembrar que as leis higienistas do século XIX (Inglaterra, 1848 e França, 1850, por exemplo) surgiram justamente para fazer face às péssimas condições sanitárias das cidades industriais que facilitaram a propagação do cólera trazido da Ásia para a Europa nos anos 1830, notadamente nos bairros e habitações operárias, onde viviam as pessoas menos favorecidas. Enfim, se mostrava evidente a relação entre qualidade do ambiente construído e propagação de enfermidades. A Arquitetura e o Urbanismo poderiam favorecer as condições sanitárias, se observadas certas normas de higiene nas construções e espaços de convívio (ruas, avenidas, praças). O saneamento das cidades entra na pauta de discussões. Médicos higienistas e engenheiros foram os primeiros urbanistas e morar em aglomerados urbanos passa a ser um risco. A cidade (industrial) passou a ser crucificada pelo urbanismo culturalista.

A arquitetura levou um pouco mais de tempo para dar respostas às novas necessidades sanitárias, mas, já na virada para o século XX, dava sinais que era preciso “abrir janelas”, deixar o ar fluir, criar espaços verdes no interior da habitação, elevá-las do solo sobre pilotis e, assim, ir propiciando novas formas do morar, mais higiênicas e confortáveis. Os novos materiais e sistemas construtivos como o concreto e o vidro prensado (mais barato) permitiriam essa abertura das edificações e sua relação com a cidade. Mas o que acontece depois da II Guerra Mundial, com a reconstrução e produção de moradias em larga escala? As construções se fecham novamente, os espaços vão encolhendo se tornando diminutos, aumenta a densidade de ocupação e a qualidade das habitações produzidas em grande escala é novamente questionada, no que se refere a grandes conjuntos habitacionais notadamente. Aí entram as normas de conforto ambiental urbano e das edificações. De novo, precisamos ventilar e iluminar os ambientes, precisamos de áreas verdes nas cidades, o que se agudiza com a crise energética dos anos 1970.

Alheios a essa discussão, surgem, nos anos 1980, novos tipos de empreendimentos como os condomínios fechados e os shoppings centers, dentre outras estruturas “enclausuradas” que se enquadram naquilo que eu chamo de **arquitetura hermética** – de muros e paredes cegas, ou, para alguns autores como Marc Augé, *arquiteturas do não lugar*, que se expandem com o processo de globalização da sociedade. Entram nessa categoria aeroportos, grandes redes de lojas de departamentos, hipermercados, teatros, museus e casas de jogos e espetáculos, que em geral se configuram como grandes caixas herméticas, sem aberturas para o exterior e dependentes de sistemas de climatização artificial. Muito se falou na *interiorização da vida pública* com esses grandes espaços de convívio intramuros, com fachadas revestidas de colagens publicitárias, muitas delas sem expressão arquitetônica. Também muito se escreveu sobre cinemas, praças de alimentação e grandes corredores de shoppings centers como “novos espaços de socialização”. O mesmo para os condomínios fechados e a negação da relação com a cidade, em prol de uma questionável segurança.

Agora surge uma nova pandemia, de certo modo preconizada, e esses espaços são literalmente fechados, pois são locais de aglomerações de pessoas e, por isso mesmo, como sabemos, foram ou serão os últimos a ser reabertos nas fases de relaxamento progressivo das regras de isolamento social, conforme os indicadores da evolução da pandemia em cada local/região/país. Enfim, essa tem sido um fenômeno cíclico na história da humanidade, que assiste periodicamente ao surgimento de doenças epidêmicas ou pandêmicas, em geral associadas a questões de higiene, de imunidade das pessoas, mas também à qualidade das aglomerações urbanas e de sua arquitetura. E infelizmente, periodicamente, a história parece sempre se repetir... Não se aprendeu muito com a história de pandemias passadas.

Então, **aprender com a história** é o meu primeiro destaque nesse debate. E isso deve ser discutido e levado a sério nos congressos, nas escolas, na formação dos futuros arquitetos urbanistas, mas também das crianças e jovens em geral. Sim, a história das cidades, da arquitetura e das pandemias, e a relação entre ambientes e saúde individual e coletiva devem ser ensinadas nas escolas desde cedo. Olhar para trás para não repetir os erros e poder seguir com mais segurança adiante é importante, mas, isso requer humildade, empatia e generosidade, qualidades nem sempre dominantes nas academias e também necessárias para se alcançar os outros dois pontos que gostaria de destacar nessa discussão.

O segundo destaque que faço é a necessidade de se **(re)conectar e (re)aprender com a natureza** que tem ficado cada vez mais distante sobretudo nas aglomerações urbanas, mas também, de modo geral, em todo o planeta. O cuidado com o meio ambiente, com a flora, com a fauna, com os rios e mares, dentre outros sistemas, não é só uma questão geopolítica e econômica, mas de sobrevivência para o planeta e todas as espécies que nele habitam. Cuidar, tratar bem e procurar aprender não só com as fontes de água, as plantas e os animais, mas também com os outros seres humanos.

Finalmente, o terceiro ponto é justamente uns dos princípios fundamentais da educação humana: **aprender com o(s) outro(s)**. Todo ser humano sempre tem algo a nos ensinar e é no convívio com os outros que podemos de fato aprender. Somos seres sociais e o isolamento vivido durante a pandemia tem nos mostrado isso. Por que, então, tanto narcisismo nos lagos dos saberes? Ouvir as pessoas, não só os clientes, mas também os usuários reais ou potenciais, aqueles que vão de fato morar, trabalhar, circular nos espaços que projetamos não é mais uma questão de opção, é uma obrigação dos arquitetos e urbanistas. Hoje em dia, o respeito às pessoas começa pelo uso de máscara, mas se rompe com o uso do fone de ouvidos quando o outro fala. A surdez indiferente e o não diálogo tem se mostrado historicamente desastrosos.

Esses três princípios fundamentais da projeção devem conduzir os projetos contemporâneos, sob pena de recairmos nos mesmos erros históricos e respectivos prejuízos - sociais, ambientais e econômicos -, mais intensos a cada novo ciclo.

## RESPONDENDO AGORA MAIS ESPECIFICAMENTE ÀS DUAS QUESTÕES COLOCADAS

Por força da imposição de isolamento social decorrente da pandemia, creio que mudam **as formas como nos relacionamos com os espaços**, muito particularmente com os espaços de convívio, sejam eles intramuros ou externos, sejam eles públicos/coletivos ou privados/individuais (sim, espaços de convívio individuais, em que você tem que conviver consigo mesmo, em especial nos períodos de confinamento).

### *Espaços de uso individual ou familiar*

Vou **centrar essa questão no espaço da moradia/habitação**, que passou a ser, para muitos, o principal local de convívio nesse atual contexto. A habitação passou a incorporar funções antes exercidas em outros espaços como o trabalho em tempo integral (e não apenas a noite e nos fins de semana), o lazer e, até mesmo, a atividade física intramuros, o que remete à necessidade de ser rever a forma de se projetar a habitação contemporânea. Não só as moradias das classes médias e mais abastadas, mas também as das classes mais pobres que confinam um grande número de pessoas em espaços exíguos. Em todos os casos, as **dimensões** devem ser proporcionalmente mais generosas para comportar a densidade de pessoas e atividades em caso de confinamento; em certas situações em que isso não é possível, seria necessário diminuir a densidade de ocupação pela verticalização segura e planejada. O **programa** da moradia pensada para essas situações passa a incorporar velhos itens esquecidos na história recente, como, no caso de nossa região, a varanda como espaço de lazer, convívio e de contato com o mundo exterior (ou seu equivalente na habitação social - a laje, a área ou o famoso fundo de quintal). Tem sido recentemente noticiado nas mídias o aumento da procura por habitações unifamiliares com jardins ou apartamentos com varandas.

Mas, trazer o lazer e o trabalho em tempo integral de volta para a moradia requer espaço e novos tipos de layout no projeto. Outro item que ganha força em contexto de isolamento social, são os espaços de transição entre o exterior e o interior, para depósito e higienização de sapatos, roupas e objetos trazidos da rua (o velho vestíbulo, esquecido nas moradias brasileiras, está de novo em alta). Nota-se, também, a necessidade de **revalorização das aberturas**, desde “a janela lateral do quarto de dormir”, principal meio de comunicação com o exterior, para muitos, até as aberturas na cobertas e nas portas de entrada (para passagem de luz, ar e também de objetos).

A questão que se coloca é: E para quem não tem moradia permanente, para quem mora nas ruas, o que muda? O fechamento de albergues colocou ainda mais em risco essa população extremamente vulnerável, mas, esse tema, em si, já seria assunto para outro debate. Finalmente, é preciso rever e tomar medidas

efetivas para diminuição dessa enorme desigualdade social, em especial no Brasil de quase 40 milhões de desempregados e trabalhadores informais ocultos, que apareceram no sistema oficial por conta do cadastramento para receber o auxílio governamental durante a pandemia. Esses são os mais vulneráveis também para a contração da COVID-19, como já revelam as pesquisas.

### **Espaços de convívio coletivo**

Quanto aos **espaços de convívio coletivo**, vou centrar nos **shoppings centers** e, mais especificamente ainda, nas **áreas de lazer internas** (cinemas, teatros, playgrounds) e praças de alimentação, as quais, ao menos no caso brasileiro, passaram meses fechadas. Como dissemos, esses amplos espaços da arquitetura hermética, que aglomeram grande número de pessoas em seu interior, em contexto de pandemia, são os primeiros a fechar e serão os últimos a reabrir, com grandes prejuízos econômicos para toda a rede envolvida. Seria a hora de repensar, então, esse modelo de empreendimento comercial e de lazer associado, que remonta à década de 1980? Estariam de volta os velhos *malls* e galerias de lojas, com comunicação direta com as alamedas abertas e salas ventiladas naturalmente? E quanto às salas de cinemas dos shoppings, estariam elas condenadas a se tornarem “estúdios para gravação de eventos” como já vem acontecendo hoje. Estariam de volta para ficar os *cine drive in* para assistência de espetáculos dentro de veículos em grandes espaços livres, a céu aberto? E quem não tem carro, como teria acesso à grande tela? Cinema na praça pública ou nos velhos “cines teatros do parque” restaurados ou reinterpretados? Ou ainda, na mesma linha de raciocínio, estariam também de volta os teatros a céu aberto, como na Grécia antiga, as arenas e outras formas de esportes e lazer ao ar livre?

De novo, são ressuscitadas velhas soluções para esse antigo problema. Resta, enfim, saber qual seria o destino das grandes praças de alimentação e ruas de lazer dos shoppings, antes proclamadas como locais seguros de novas sociabilidades. O retorno a parques e praças a céu aberto já acontece de maneira controlada no Brasil e em outros países, mas, na maioria dos estabelecimentos, as praças de alimentação permanecem fechadas por serem, por natureza, locais de aglomeração. Quando voltarem (e já estão voltando), assim como bares e restaurantes, será sob rígidas regras de higiene e distanciamento social, o novo convívio, à distância.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, também na arquitetura, se anuncia um novo higienismo.

Mas o que talvez mais se necessite agora, sobretudo, é um pouco mais de humanismo. Temos que repensar esses espaços com urgência e, sobretudo, **humanizá-los**, o que significa torná-los mais saudáveis e seguros para a convivência e o bem estar das pessoas, serem menos dependentes de climatização artificial e, principalmente, se abrirem para as ruas, para a cidade, para a luz e para o sol. Sim, um novo higienismo se apresenta como tendência, mas que, desta feita, ele possa ir além das normatizações (que são necessárias mas não suficientes, e isso a história nos ensina). Que possa ser mais humanitário, mais generoso e mais respeitoso, com as pessoas e com a natureza.

É o que se espera... de novo!

---

NOTA DO EDITOR (\*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).